

A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo (África central, século XVII)

Marina de Mello e Souza

Uma das personagens da história centro-africana sobre as quais se têm informações mais abundantes é a chefe ambundo-imbangala, conhecida na documentação portuguesa como rainha Jinga, Ginga, *Jinga Mbande* ou D. Ana de Sousa, nome que recebeu por ocasião de seu batismo em 1622. Ela morreu em 1663, velada por Frei João Antonio Cavazzi de Motecúcolo, que lhe deu a extrema-unção e participou das cerimônias do seu enterro, realizado com ritos católicos e locais. Teria nascido em torno de 1580, sendo filha do *Ngola a Kiluanje*, chefe maior do que foi chamado de reino do Angola pelos portugueses, mas que localmente também era chamado de Ndongo. Paulo Dias de Novaes chegou na região como donatário em 1575, e desde logo empreendeu campanhas militares para garantir a posse das terras a ele atribuídas pelo rei D. Sebastião, para que as colonizasse e catequizesse o gentio que nela morava. A postura dos portugueses ali era bem diferente da vivida cerca de 85 anos antes em terras ao norte do Ndongo, no chamado reino do Congo, quando o *mani* Congo e seus principais chefes foram batizados e passaram a se dizer e ser considerados cristãos, depois dos primeiros contatos com os brancos.

Por todo o século XVI o Congo havia sido parceiro comercial dos portugueses, principalmente dos estabelecidos em São Tomé. A partir de meados daquele século o cobre e o marfim inicialmente comerciados cederam lugar aos escravos, cada vez mais requisitados nas ilhas do atlântico e depois no nordeste brasileiro, onde o engenho produtor de açúcar se tornava peça importante da economia lusitana. No fim do século XVI a presença de comerciantes de São Tomé também era grande nas terras ao sul do Congo, habitadas por povos

ambundos, sendo, no entanto, a ilha de Luanda controlada pelo *mani* Congo. Este permitiu que Paulo Dias de Novaes nela desembarcasse com sua expedição colonizadora, pois os portugueses eram seus aliados e a eles o *mani* Congo devia a ajuda militar, àquela altura ainda em curso, para a expulsão dos jagas: povos que vieram do leste, invadiram o Congo, destruíram sua capital e dali expulsaram a elite dirigente. Esta recorreu ao seu novo aliado e foi com a ajuda de exércitos portugueses que retomou o controle do seu território, empurrando os jagas de volta às terras a leste, de onde tinham vindo ¹.

As campanhas militares portuguesas contra povos ambundos, habitantes da região do interior de Luanda e dos vales dos rios que por ali desaguvam, principalmente o Cuanza, o Bengo e o Dande, foram decorrência não só da resistência dos grupos locais, mas também do interesse por escravos, cujo comércio era o único negócio que compensava financeiramente os investimentos necessários para a instalação de uma colônia portuguesa em terras centro-africanas. A essa altura o Ndongo era a principal chefatura da região, congregando grande número de chefes e englobando um vasto território. Mas além dele havia muitas chefaturas ambundas: de povos agricultores, organizados em torno de linhagens e seguindo tradições que mantinham semelhanças umas com as outras, como por exemplo os cultos aos antepassados, as alianças políticas fundadas em matrimônios e o uso de títulos que definiam hierarquias sociais e políticas. As expedições militares contra as aldeias rendiam escravos que, negociados em Luanda, pagavam o investimento e o trabalho empregados na ocupação do que ia se delineando como Angola. Mas sem a aliança com os imbangalas, povos guerreiros nômades que no final do século XVI aterrorizavam os ambundos da região do rio Cuanza, os portugueses não teriam conseguido se instalar em alguns pontos do interior e dominar muitos dos chefes locais, na documentação denominados sobas e macotas.

Os grupos imbangalas diferiam dos ambundos em vários aspectos: eram nômades e formados para a guerra; viviam do saque às aldeias, e não se identificavam a partir do pertencimento a linhagens específicas. Sua identidade de grupo

¹ A invasão jaga teve início provavelmente em 1570. A ajuda portuguesa chegou em 1571 sob o comando de Francisco de Gouveia. A retomada do território demorou 5 anos e os portugueses só retiraram completamente a ajuda militar que prestaram ao Congo em 1577. Ver A. da C. e Silva, *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro 2002, pp. 392-393.

era construída a partir do pertencimento a um determinado *kilombo* (nome que davam ao seu acampamento fortificado), havendo ritos de passagem que faziam da criança circuncidada um membro da classe de adultos. A reprodução dos grupos se dava a partir da captura de mulheres e crianças das aldeias saqueadas, que eram incorporadas aos *kilombos*, sendo estes, portanto, compostos por uma variedade de povos, inclusive ambundos capturados crianças ou que a eles se incorporaram, insatisfeitos com suas situações anteriores. Foi o apoio de alguns grupos imbangalas aos portugueses que permitiu que estes fizessem o que chamavam de “guerra preta”: exércitos formados com a arregimentação de grupos locais e uma minoria de soldados portugueses ou luso-africanos, contra sobas que resistiam à entrada dos portugueses em seus territórios.

Alguns sobas se renderam aos portugueses antes de experimentarem os horrores da guerra, das aldeias incendiadas, do saque, dos assassinatos e escravidão, outros se renderam após tentativas frustradas de resistir, e outros ainda apresentaram uma resistência relativamente eficaz, mantendo por mais ou menos tempo sua total autonomia. Quando vencidos, aos sobas era imposta a vassalagem ao rei de Portugal, por meio de tratados escritos e cerimônias elaboradas que misturavam ritos medievais portugueses e tradições locais, o chamado *undamento*². Os sobas vassalados tinham garantidos a autoridade em suas terras e sobre seu povo, e o apoio dos portugueses nas contendas com seus vizinhos e inimigos. Eram obrigados a pagar um tributo anual aos representantes da coroa portuguesa, na forma de escravos e mantimentos, assim como integrar a guerra preta quando convocados.

Foi nesse contexto que a futura rainha Jinga se formou, e a primeira notícia detalhada que vamos ter dela é de 1622, quando foi a Luanda como embaixadora de seu irmão, *Ngola Mbande*, chefe do Ndongo, que buscava resistir à pressão militar portuguesa sobre suas terras e seus chefes. Os principais registros sobre essa embaixada são os documentos organizados por Fernão de Sousa, governador geral de Angola de 1624 a 1630 que investiu firmemente contra Jinga, e o relato de João Antonio Cavazzi de Montecúcolo, que coletou informações junto à própria Jinga, de quem foi confessor no fim da vida. Também Antonio de Gaeta deixou relato sobre essa embaixada, mas sua maior preocupação era discorrer sobre a “segunda conversão da Jinga”, por

² Ver B. Heintze, “Luso-African Feudalism in Angola? The vassal treaties of the 16th to the 18th century”, *Revista Portuguesa de História* XVIII (Coimbra 1980), pp. 111-131.

ele promovida³. O *Ngola Mbande* estava insatisfeito com a ofensiva portuguesa em terras de seu domínio, como a instalação do presídio de Nossa Senhora de Assunção de Ambaca, perto do rio Lucala, em 1617, e com o acolhimento dos portugueses de gente sob seu governo que fugia para junto deles. Ia perdendo a autoridade sobre pessoas e territórios que antes governava. Diante desse quadro, entre outras tentativas de negociação, ficou famosa a embaixada que mandou a Luanda, tendo à frente dela sua irmã *Njinga Mbandi*. Recebida com pompa pelo governador João Correia de Sousa, mostrou sua autoridade na audiência que Cavazzi descreveu a partir do que ela própria lhe contou, na qual não se intimidou diante das demonstrações de autoridade do governador e usou uma escrava de sua comitiva como assento para não ficar em plano inferior ao do governador, sentado numa cadeira. Impressionou a todos com sua capacidade de negociação, assim como deve ter ficado impressionada com o que viu em Luanda: desfiles militares, cerimoniais de poder, ritos católicos, grandes construções de pedra e barcos de dimensões nunca antes vistas atracados no porto. Em sua estadia em Luanda, recebeu ensinamentos acerca da religião dos brancos e aceitou ser batizada, tendo o governador como padrinho e ganhando o nome cristão de Ana de Sousa. A aceitação da religião que lhe era oferecida junto com os gestos de negociação, e a perspectiva de que as escaramuças militares e ataques às aldeias do Ndongo terminassem, indica que era percebida a existência de uma relação entre o batismo, a adoção de ritos do catolicismo, e a busca de paz com os portugueses e sua “guerra preta”. A paz, entretanto, apesar de firmada pela embaixada de Jinga, não vigorou, pois os portugueses não cumpriram o acordado, sendo o principal ponto a remoção do presídio de Ambaca de terras do Ndongo.

Em 1624 o *Ngola Mbandi* morreu, em circunstâncias obscuras, ficando Jinga como tutora de seu sobrinho que deveria herdar o título maior do Ndongo.

³ Sobre os documentos deixados por Fernão de Sousa ver B. Heintze, “As fontes escritas e a história de África: uma defesa das fontes primárias. A coletânea documental de Fernão de Sousa sobre Angola”, em *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*, Luanda 2007, pp. 67-94; J.A. Cavazzi de Montecúccolo, *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Lisboa 1965 (1687); A. da Gaeta. *La maravigliosa conversione alla santa fede di Cristo della regina Singa, e del suo regno di Matamba nell’Africa Meridionale*. Escrita pelo padre Francesco Maria Gioia de Nápoles a partir da relação de Gaeta, Nápoles 1669. Aproveito para agradecer a Rosana Gonçalves por ter partilhado comigo uma cópia desse livro, muito difícil de encontrar, e que Márcia Berbel xerocou na Biblioteca de Madrid, a seu pedido.

Logo este também morreu, provavelmente por obra da tia, e Jinga assumiu a chefia, no que não foi reconhecida pelos portugueses. O Ndongo era formado por um conjunto de chefaturas aliadas, sendo os principais chefes, os sobas e os macotas, os eleitores do *ngola*. Nessas ocasiões havia disputas acirradas entre diferentes facções, vencendo os que tinham superioridade militar, apesar de serem as tradições ligadas à sucessão da chefia que legitimavam o poder em última instância. Enquanto Jinga se aproximou de alguns grupos imbangalas, buscando fortalecer e legitimar seu poder de *ngola* do Ndongo, os portugueses apoiaram outros candidatos ao cargo: primeiro *Hari a Kiluanje* (1624-1626), depois *Ngola Hari* (1626-1664). O apoio militar dos portugueses foi decisivo para garantir a posição desses chefes, que foram sempre rivais de Jinga. Sob o governo deles o Ndongo tornou-se um estado tributário da colônia de Angola e vassalo de Portugal, tendo o *Ngola Hari* sido batizado com o nome de D. Felipe.

Dizendo-se herdeira legítima do Ndongo, composto de chefaturas ambuladas, foi escorraçada de seu território pelas campanhas militares portuguesas e pelo apoio que estes deram ao *Ngola Hari*. Com alguns chefes que se dispuseram a segui-la, perambulou ao sul do Cuanza, aliando-se aos grupos imbangalas que por lá vagavam e engrossando suas fileiras com alguns deles, aos quais os portugueses davam o nome de jagas. Casou-se, de fato e/ou simbolicamente, com um chefe imbangala e adquiriu mais um título, de *tembaza*, esposa principal do chefe do *kilombo*, responsável pela preparação do unguento chamado *magi a samba* e pela execução dos ritos que o empregavam e levavam à invencibilidade nas guerras. Esse era um título importante no lugar simbólico ocupado por Jinga, que no início da década de 1630 se tornou chefe de Matamba, um estado a nordeste do Ndongo, por ela conquistado com o apoio do jaga Cassanje, chefe de um território ao norte do Cuanza. Ao longo de cerca de 20 anos, Jinga incorporou várias tradições imbangalas e a maneira de viver do *kilombo*. Tornou-se uma guerreira afamada pelo seu talento para a guerra e por suas capacidades mágicas, adquiridas junto aos imbangalas, os mais temidos guerreiros da região, tanto pelo seu estilo de vida –voltado para a guerra– quanto pelos seus poderes junto às forças invisíveis dos grandes chefes mortos.

Em torno de 1630 começou a manter comércio com os holandeses que mercadejavam ao norte do Congo. De 1641 a 1648, período em que estes ocuparam Luanda e pressionaram os presídios portugueses do interior, Jinga lhes forneceu escravos, propondo alianças militares que visavam expulsar os portugueses

da região e para as quais tentou atrair até mesmo o *mani* Congo, tradicional aliado do rei de Portugal. Com a expulsão dos holandeses de Luanda e a reabertura dos mercados de Cassanje, nas rotas que passavam pelos presídios portugueses e eram livremente percorridas pelos pombeiros, a posição de Jinga se enfraqueceu significativamente. O comércio com os holandeses, que continuavam a freqüentar os portos ao norte do Congo, ainda era uma possibilidade, mas a pressão portuguesa, militar e comercial, era intensa, apoiada nos cada vez mais numerosos sobas avassalados. Na década de 1650 o poder bélico de Jinga ainda era ameaçador e ela enviava expedições chefiadas por imbangalas para subordinar chefaturas do Dembo, região entre Matamba, Angola e o Congo, vizinha das áreas de ocupação e colonização portuguesa e que mantinha uma relativa independência. No final dessa década, ela começou a dar sinais mais fortes do desejo de entrar em acordo com os portugueses e terminar com as guerras, para as quais dizia já se sentir cansada. Àquela altura devia estar com cerca de setenta e cinco anos.

E é para esse período que as fontes são mais ricas, havendo nos arquivos cartas que enviou e recebeu, tratados de paz negociados e firmados, explanações dos governadores acerca dessas tratativas. Publicados estão os registros das observações diretas e informações coletadas por três figuras-chaves na produção de fontes para esse momento da relação entre a Jinga e os portugueses: os já citados freis capuchinhos Gaeta e Cavazzi, e o militar e comerciante Cadornega⁴. O momento-chave desse período, e por isso mesmo o mais bem documentado, é o retorno ao *kilombo* da Jinga, capital de Matamba, de sua irmã Mocambo (ou Cambo), batizada com o nome de D. Bárbara, e que foi refém dos portugueses de 1646 a 1656.

Mocambo havia sido aprisionada em batalha vencida pelos portugueses e sua guerra preta, na qual o *kilombo* da Jinga foi saqueado. Nas casas ocupadas por ela e seus principais chefes foram encontrados tecidos finos e outras coisas de valor. Uma cadeira de espaldar muito alto tinha sido presente do *mani* Congo, e quando ela recebia embaixadores mandava cobrir o assento e as paredes da sala de sedas e veludos, e o chão de tapetes vermelhos. Nessas ocasiões ela própria se vestia de panos finos, adquiridos nas trocas feitas com os europeus e seus

⁴ A. de O. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*. 1680, 2 vols., (anotado e corrigido por J. Matias Delgado), Lisboa 1972. No início dos anos de 1660, Cadornega era Juiz Ordinário da Vila da Vitória de Massangano e nos anos 1670 foi Juiz mais velho da cidade de São Paulo da Assunção (Luanda) (II, pp. 171-172).

A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo (África central, século XVII)



emissários, se adornava de “jóias de ouro e pedras” (Cadornega, I, p. 413). A essas sessões assistiam D. Bárbara, os maridos de Jinga, oficiais da “casa real”, macotas e capitães de guerra, todos sentados sobre tapetes (alcatifas), assim como os dembos e sobas presentes, além da gente que lhe servia. E no *kilombo* abandonado com a fuga de Jinga, carregada velozmente para longe do campo de batalha em sua rede e protegida pelo seu *embulu* (ou guarda pessoal), além das coisas valiosas das quais os guerreiros e seus oficiais rapidamente se apropriaram, encontraram D. Bárbara, que manteve uma nobre dignidade ao ser aprisionada. Cadornega, que nos narra esse episódio, vislumbra majestade na atitude de D. Bárbara, aprisionada com 40 mucamas sem manifestar qualquer reação. A irmã da soberana de Matamba foi entregue ao capitão-mór, que deveria entregá-la ao governador, “o que se observa com todos os fidalgos apanhados nestas guerras” (Cadornega, I, p. 415). O respeito com que foi tratada enquanto irmã de Jinga não impediu, entretanto, que fosse despojada de suas jóias e vestes finas, apropriadas por aqueles que a aprisionaram.



Além dessa descrição feita por Cadornega, Antonio de Gaeta, no capítulo XV do seu relato, nos dá algumas informações de como a Jinga vivia e governava seu povo. Tendo como modelo os padrões europeus do que era um bom governo, feito pelo rei bom, prudente e justo, descreve uma Jinga entregue ao luxo e aos prazeres dos sentidos. Diz que ela se vestia com panos finíssimos do seu país, feitos por artesãos dedicados ao seu serviço exclusivo, estando proibidos de vender esses panos a qualquer outra pessoa, o que levaria a que sobre eles caíssem penas severíssimas. Além dos panos finos da terra, também usava tecidos vindos de vários lugares da Europa e do Oriente, como sedas, brocados e veludos. Vestida assim de tecidos finos, usava também perfumes e unguentos especiais. Andava descalça segundo o costume local e trazia nas mãos, braços e pés adereços de prata, ferro, coral, vidro colorido, e na cabeça portava uma coroa. Essa era certamente a maneira como se apresentava publicamente. Gaeta ainda diz que Jinga gostava de fumar tabaco (que certamente vinha do Brasil) e que cada vez que ela bebia o vinho de palma sempre à sua disposição, os músicos do



seu séqüito tocavam diversos instrumentos musicais, entre eles tambores e trompetes feitos de dentes de elefante, e todos os presentes se punham de pé ou de joelhos, aplaudiam e demonstravam alegria. Ao seu redor havia sempre músicos que tocavam e dançavam em sua presença e que embalavam seu sono, fosse dia ou noite. Diz ele que ela gostava de jogar, mas ficamos sem saber que tipo de jogo, e de caçar, junto com outros caçadores e com o uso de cães. Para Gaeta, Jinga era viciada nos prazeres da carne e ciumenta de seus vários amantes. Mas além desses prazeres, estava constantemente em campanhas militares, atacando chefes vizinhos que roubava e cujas aldeias destruía.

Quando estava em seu *kilombo*, era sempre acompanhada por membros da sua corte, composta de chefes militares e religiosos, chefes de linhagens importantes a ela aliadas (os macotas e sobas), sua guarda pessoal, suas mucamas, seus cônjuges e parentes. Apesar de perceber cortesia e gentileza nas atitudes da rainha Jinga, Gaeta considera os membros de sua numerosa corte gente sem qualquer civilidade, bárbara e rude. Diz que eram muitos os graus dos cargos

atribuídos aos seus “cortesãos”, que depois de servir em um posto por algum tempo eram alçados a outro mais importante, deixando o lugar livre para que outra pessoa ascendesse àquela função deixada vaga. Diz ainda que a despesa para manter a corte era enorme, pois vestia e alimentava a maioria dos “cortesãos”, convidando três ou quatro vezes por semana seus chefes para grandes banquetes. Os macotas, chefes de linhagem que governavam as aldeias do reino, tinham a obrigação de prover o palácio real de todos os gêneros que eram produzidos na região, na forma de tributos.

Mesmo usando termos como corte e cortesãos para descrever os ritos de poder realizados em torno da Jinga e de comparar a quantidade de gente ao seu redor com o tamanho das cortes européias, Gaeta diz que tinha vontade de rir ao vê-la comer com as mãos e lamber os dedos para limpá-los, identificando nisso uma ausência de regras de civilidade. Como resposta à pergunta de por que não usava os pratos e talheres de prata que tinha, Jinga respondeu que seguia os costumes antigos, dos ancestrais, sendo as novidades introduzidas pelos brancos reservadas à ostentação.

Jinga tinha assumido o governo de Matamba por força das armas e a elas estava sempre pronta a recorrer contra os que não lhe pagassem os tributos devidos, rebelando-se contra sua autoridade. Mas mesmo Gaeta admite que muitos gostavam de estar sob sua proteção para não serem molestados por outros chefes, principalmente jagas, que ainda perambulavam pela região. Dessa forma, ele reconhece que ela era senhora absoluta do seu reino, por todos reconhecida como rainha e de todos recebendo tributos. Era a ela que recorriam em suas questões e diferenças, havendo no seu *kilombo* um júri de causas civis e outro para os crimes. Mais adiante (no capítulo XVII), diz que como os príncipes católicos, ela governava com dois conselhos: um teológico e outro político, o primeiro composto por 5 *xinguilas* que falavam com os jagas mortos e o segundo por 4 dos principais senhores da corte –provavelmente seus capitães de guerra e chefes mais poderosos.

Morava com sua corte numa construção labiríntica feita de palha e cercada de muros. Suas instalações pessoais eram compostas de muitas salas, com uma só porta muito bem guardada. Ninguém entrava na sala em que ela estava sem ser anunciado e ter obtido licença. Nisso Gaeta vê uma semelhança com os palácios europeus, nos quais era necessário passar por muitas salas até ser recebido com pompa pelo rei. Nas ocasiões mais importantes, as paredes da sala eram cobertas de tecidos finos, nativos e estrangeiros, e o chão de esteiras e tapetes sobre as quais as pessoas presentes se sentavam.

Gaeta e as demais testemunhas de episódios vividos pela Jinga, como Cavazzi e informantes de Cadornega, sempre ressaltaram as suas ligações com os imbangalas, ou jagas, como os portugueses chamavam esses povos nômades guerreiros. Mas ela mantinha também tradições abundantes, como a veneração dos ossos de antigos chefes, entre os quais seu irmão, a quem tentou suceder na chefia do Ndongo, tendo sido derrotada pelos portugueses, que apoiaram outro pretendente ao cargo de *ngola*, como já foi dito. Além de ambundo e imbangala, Jinga às vezes também se aproximava do cristianismo pregado pelos portugueses, tendo ela mesma recebido o batismo e um nome cristão, pois também era D. Ana de Sousa –provavelmente mais um título entre os muitos que acumulava. Ela sabia da proximidade que o mani Congo e seus chefes principais mantinham com a religião dos brancos e que a despeito disso continuavam independentes e compunham o estado mais poderoso da região. O catolicismo também estava presente entre muitos outros chefes do Dembo e do Ndongo, todos estados vizinhos de Matamba. Mas muitos dos chefes destes dois últimos, principalmente do Ndongo, tinham se tornado vassallos de Portugal, passando pelos ritos de *undamento*, sendo constantemente atacados pelos exércitos da Jinga, que dessa forma buscava enfraquecer seus principais inimigos, que lhe haviam tirado do governo dos povos ao qual considerava ter direito. A partir do contato com os portugueses e com os chefes dembos e congos que com eles mantinham relações, Jinga desenvolveu o desejo pelas mercadorias trazidas pelos europeus, como tecidos, armas e objetos que reforçavam sua posição de chefe, e o respeito pela religião dos brancos.

Quanto a este, fica evidente no tratamento dado aos padres que algumas vezes encontrou entre os grupos atacados por seus guerreiros, como os capuchinhos Fr. Boaventura de Corella e Fr. Francisco de Veas, que estavam acompanhados de um religioso natural do Congo, D. Calisto Zelotes dos Reis Magos, designado pelo *mani* Congo para lhes servir de intérprete. Este sabia latim, lia, falava e escrevia bem o português, e tinha prática em instruir os neófitos, sendo provavelmente além de intérprete um dos Mestres treinados pelos missionários para ajudarem-nos em sua missão. Os três foram capturados em 1648 em um ataque que Jinga fez a Uando (Wandu, Oando), chefatura dembo, na qual estavam em missão. Enquanto D. Calisto foi mantido em sua corte, assumindo a função de seu secretário pessoal, os capuchinhos foram libertados e encarregados por Jinga de solicitar a Roma o envio de missionários para o seu reino. Essa não foi a única vez que Jinga pediu isso para Roma. Em 1651 o Padre Serafim de Cortona intermediou uma

embaixada levada pelo Padre Antonio Maria de Monteprandone e que resultou na nomeação pela Propaganda Fide de missionários que seguiram para Angola, com a missão de converter a Jinga e seu povo. Essa foi a quarta missão capuchinha, que chegou a Luanda em 1654, trazendo entre outros Gaeta e Cavazzi. Em 1655 o próprio prefeito da missão de Angola, Padre Serafim de Cortona, desempenhou o papel de embaixador da Jinga diante do papa, a quem levou uma carta assinada por ela.

Na estadia de D. Bárbara em Luanda Padre Serafim tornou-se próximo dela, sendo uma peça importante nas muitas tentativas empreendidas por Jinga para resgatar a irmã. E se não podemos saber ao certo o que o catolicismo representou para Jinga, no episódio do retorno de D. Bárbara para perto dela o catolicismo estava indissociavelmente associado à paz com os portugueses. Cada vez que um novo governador chegava a Luanda para assumir seu posto, Jinga mandava uma embaixada tentando fazer acordos que garantissem uma convivência pacífica e respeito à sua soberania sobre os povos que a reconheciam como chefe. Depois de ter sido expulsa do Ndongo, no final da década de 1620, de ter passado uns vinte anos em escaramuças na região dos rios Cuanza e Lucala, associada a grupos imbangalas, de ter assumido a chefia de Matamba, terra habitada por ambundos, e se aliado aos holandeses de 1641 a 1648, quando eles ocuparam Luanda, Jinga buscava uma convivência mais pacífica com os portugueses. Salvador Correia de Sá, que promoveu a retomada de Luanda pelos portugueses e tentou impor uma derrota drástica ao *mani* Congo por meio de um tratado de paz que lhe exigia pesados tributos e limitava os domínios territoriais, buscou se aproximar de Jinga, talvez pensando no que seria melhor para o comércio com o interior, de onde vinham os escravos. E também ela parecia entender ser melhor viver em paz com os portugueses, pois estava enfraquecida com a perda dos parceiros holandeses que lhes compravam as “peças”, forneciam mercadorias cobiçadas, entre as quais armas de fogo, e até mesmo atiradores, como os 5 ou 6 holandeses que foram vistos na batalha que resultou na captura de Mocambo, em 1646. Em suas cartas diz que sente a idade avançada, não tem mais disposição para a guerra, e não abre mão da presença da irmã ao seu lado, pois apenas ela poderia lhe suceder no governo de Matamba. Então, cada vez que chegava um novo governador a Luanda, lá ia uma embaixada da Jinga, que por meio de D. Bárbara e do Padre Serafim de Cortona, se mantinha em contato com o que acontecia na capital da colônia portuguesa de Angola.

Jinga e os portugueses viviam a se combater, mas isso não impedia que trocassem embaixadas com frequência. Os governadores lhe pediam que devolvesse “a gente fugida dos vassallos portugueses”, como fez Pedro Cezar de Menezes em 1639. Naquela ocasião o embaixador deste, “morador autorizado”, voltou do *kilombo* da Jinga com algumas “peças” de presente para o governador, o bispo e o ouvidor geral, e “algumas cabeças de escravos da gente fugida, mas tão velha que já não se lhe sabiam senhores” (Cadornega, I, p. 209). Mais tarde Jinga se queixou a Gaeta que no tempo de Salvador Correia de Sá mandou parte dos escravos exigidos para o resgate de sua irmã Mocambo e este com nada lhe retribuiu, rompendo o acordo que havia sido anteriormente feito.

Em dezembro de 1655, Jinga mandou uma carta ao Governador Luiz Martins de Sousa Chichorro, cujo texto foi publicado em nota de José Matias Delgado ao livro de Cadornega⁵. Acredita Delgado que a correspondência trocada entre Jinga e o Padre Serafim de Cortona, confessor de D. Bárbara, estimulou-a a enviar embaixadas a Luanda, em busca de paz. Essa carta seria resposta aos capítulos referentes ao acordo de paz enviados pelo Governador Chichorro por intermédio do Capitão Manuel Frois Peixoto, conhecedor da língua da terra. Nessa carta, que em 1656 foi enviada pelo governador ao rei de Portugal, D. João VI, Jinga se diz desiludida com os governadores anteriores, que prometiam devolver-lhe a irmã e só promoviam guerras contra ela, inquietando-a e fazendo-a andar feito jaga, “usando tiranias como é não deixar criar crianças, por ser estilo de quilombo” (Cadornega, II, p. 501). Disposta a abandonar esta e outras cerimônias, pedia o envio de Frei Serafim de Cortona e Frei João da Ordem do Carmo (àquela altura já morto), por saber ser bom pregador e conhecedor da língua do Ndongo, para que dessem orientação a ela e ao seu povo para viverem na santa fé católica. Pedia que com os padres o governador fizesse a mercê de mandar sua irmã até Ambaca, indo então o Capitão Manuel Frois, retido como garantia no seu *kilombo*, até lá buscá-la. Expressava sua vontade de estar em paz e poder fazer feiras mais perto para que os pombeiros tivessem menos trabalho ao trazer as fazendas de longe e ela pudesse tê-las mais baratas. Oferecia ajuda para a conquista de Quiçama, ao sul de Luanda e até então inexpugnável. Dava sua palavra que quando os padres chegassem com sua irmã,

⁵ A. de O. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas...*, II, pp. 500-503.

tratarei logo de deixar parir e criar as mulheres seus filhos, cousa que até agora não consenti por ser estilo de quilombo, que anda em campo, o que não haverá, havendo paz firme e perpétua, e em poucos anos se tornarão minhas terras a povoar como dantes, porque até agora não me sirvo senão com gentes de outras províncias e nações que tenho conquistado, e me obedecem como sua senhora natural com muito amor e outros por temor (Cadornega, II, p. 502).

Jinga pede paz “para que sosseguem e voltem a cultivar a terra como antes”, o que indica que lhe agrada a idéia de voltar a ser abunda, abandonando a vida de jaga que tanto atemorizava e horrorizava os portugueses. Vê-se aqui o seu vínculo com o antigo Ndongo, com o modo de vida ali existente, que de alguma forma ela tenta recuperar, agora em Matamba, buscando construir as bases para a consolidação de um novo estado, mais próximo dos portugueses, do comércio com eles e do catolicismo dos padres que facilitavam essas relações. Continuando a seguir o texto da sua carta, ela diz desejar paz e quietação, pois está velha “e não quero deixar minha terra senão a minha irmã”, que saberá obedecer à coroa portuguesa, pois “há tantos anos que assiste com os brancos e é tão boa cristã como me dizem”. Mocambo era peça chave no projeto político de Jinga, com vistas à preservação do seu estado.

Evidentemente respondendo aos capítulos propostos por Chichorro, como deduz Delgado, diz que aceita ajudar na conquista de Quiçama; considera os 200 escravos exigidos um preço muito alto, propondo a quantia de 130; aceita ser amiga dos amigos e inimiga dos inimigos dos portugueses e mesmo devolver o jaga Cabuco, aliado destes que havia destruído algumas terras suas e agora devia estar alguns anos sob seu serviço para compensar as perdas que havia provocado. Disto admite ter sido convencida pelo crédito do Capitão Manuel Frois de Peixoto junto a ela e a seus conselheiros. O embaixador é por ela muito elogiado, sendo ressaltado o seu conhecimento da língua local, o que fortalece a confiança nele depositada pelos seus “grandes”, que declaram que só ele traz a paz verdadeira. Termina a carta agradecendo o copo de madreperola que o governador lhe mandou, apesar dele não precisar se preocupar com ela,

porque tudo me sobra nesta minha corte, só de minha irmã careço, e com a sua vinda hei de servir a V. S^a. com muito gosto, como V. S^a. verá (Cadornega, II, p. 503).

Conforme Delgado e Cavazzi a Câmara disse ao governador que não mandasse D. Bárbara à irmã, não sendo por ele atendida⁶. Ele encaminhou a carta da Jinga diretamente ao rei e a Câmara também escreveu ao rei, pedindo que não permitisse a entrega de D. Bárbara à irmã. Apesar do Conselho e da regente de Portugal D. Luiza despacharem a favor da Câmara, antes de chegar resposta da Corte, em setembro de 1656 D. Bárbara saiu de Luanda para ser entregue à Jinga⁷. As capitulações de paz foram assinadas em Matamba, em outubro de 1656, em meio a cerimônias e negociações que veremos a seguir, e no segundo semestre de 1657 chegaram às mãos do Conselho e da rainha regente uma carta da Jinga endereçada a Chichorro e outra de Frei António de Gaeta endereçada a Frei Serafim de Cortona, registrando a conversão da Jinga

⁶ Com relação à recepção dessa carta, Cadornega tem outra posição, dizendo o seguinte (A. de O. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas...*, II, p. 82):

chegaram a esta cidade embaixadores da rainha Jinga Dona Ana de Sousa, em que pedia por sua carta paz e amizade, e juntamente a infanta Dona Bárbara sua irmã chamada pelo nome da terra, Moambo, a qual estava entre os portugueses desde o tempo em que foi aprisionada governando Francisco de Souto Mayor, (...) em companhia do qual embaixador e petição mandou um grande presente de peças para alcançar o que pretendia: que dádivas quebrantam penhas; sem embargo que este resgate que foram como se disse algumas cem cabeças de escravos, se carregou o seu valor em a fazenda real. E chamado o Conselho sobre matéria de tanta importância Senado da Câmara e cidadãos de experiência desta conquista que em semelhantes coisas podiam ter voto, e algumas pessoas doutas; o que ventilado e discutido em sala pública, lhe foi concedida a paz e amizade em nome de Sua Majestade com condição que havia de viver católica como manda a Santa Madre Igreja de Roma, e ter em seu reino e quilombo quem o administrasse dando lugar e todo o favor para a propagação da santa fé católica, e que não falaria nas cousas antigas e já passadas entre a Coroa de Portugal e seus vassallos; e a de Angola e seus súditos, nem tampouco nos escravos fugidos aos portugueses mais que daqueles que para seu reino e quilombo tivessem ido de dez anos a esta parte; e que entregaria o Jaga Calandola com todo o poder com que fugiu de Embaca para seu quilombo; o que tudo o mais que houve consta da capitulação que se então fez, se há novas delas e o tempo não tem consumida.

⁷ Em *Memória da rainha Jinga. Portugal e Angola no século XVII*, Dissertação de Mestrado de Maria Isabel Figueira Freire, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 111-112, há um esclarecimento acerca desse episódio, no qual o governador vai contra a Câmara de Luanda e não espera a resposta do Conselho Ultramarino e da rainha regente. Aproveito para agradecer a Arlindo Correia a indicação e o envio desse trabalho.

ao catolicismo e o acordo de paz. O Conselho Ultramarino, que então tinha entre seus membros Salvador Correia de Sá, adianta a alegria da soberana quando souber de tal feito e aconselha que esta escreva agradecendo ao governador e aos capuchinhos, “o que têm feito e vão fazendo para o aumento da cristandade” (Cadornega, II, p. 509), e garantindo todo apoio aos mesmos. Nesse episódio todo, no qual o governador e os capuchinhos trabalharam para construir a paz com a Jinga, passando por cima da autoridade da Câmara e dos cidadãos de Luanda, e o Conselho Ultramarino e a rainha regente ratificaram à distância as decisões, aparentemente sem ter sobre elas influência de fato, parecem vencer os interesses do comércio sobre os da conquista armada. Àquela altura parecia claro que mais valia manter as feiras do interior funcionando e as rotas seguras para garantir o abastecimento dos traficantes de escravos ancorados no porto de Luanda, do que investir em custosas campanhas militares que arrebanhassem prisioneiros para serem ali vendidos.

A carta da Jinga aceitando as condições impostas para o estabelecimento da paz ressalta o papel do Capitão Manuel Frois de Peixoto, embaixador de Chichorro, e aponta para o seu desejo de viver em paz, uma vez que já estava velha e preocupada com o futuro do seu povo, portanto para as razões práticas e políticas do acordo que resultou no resgate de D.Bárbara. Já Frei Antonio de Gaeta, que saiu de Roma com a missão de converter a Jinga e foi peça chave nas negociações do resgate de sua irmã, ressalta seu próprio papel e o lugar da religião nesse episódio. Tendo chegado a Luanda em 1654, esperou por dois anos até seguir para Matamba: o tempo necessário para garantir que a missão enviada de Roma fosse bem acolhida. E isso parecia depender do resgate de D. Bárbara. Portanto, política e religião estão intimamente imbricadas nesse episódio.

A conversão de Jinga ao catolicismo e o abandono do estilo de vida e ritos imbangalas era uma das condições do acordo de paz, pois a integração dos povos gentios ao seio da cristandade ainda era justificativa central na legitimação da presença portuguesa nas então chamadas terras de conquista. A redução de chefes ambundos e dembos a vassalos do rei de Portugal, portanto submetidos à autoridade dos governadores e capitães-mores, passava pela imposição do catolicismo a eles, por meio do batismo, do casamento católico, da participação em missas, procissões e ritos de adoração ao crucifixo. A outra face dessa suposta conversão era a negação das antigas crenças, a destruição dos chamados ídolos e seus altares promovida pelos capuchinhos, e expulsão dos antigos sacerdotes,

os *xinguilas* e *ngangas*, que serviam de condutores das forças invisíveis dos ancestrais e espíritos da natureza. Estes, conforme os sistemas de pensamento locais, intervêm no tempo todo na vida cotidiana, na garantia da fartura, da saúde, no bom governo dos chefes, no bom desempenho dos guerreiros, dos caçadores, no equilíbrio da sociedade enfim.

Os portugueses queriam impor também à Jinga essa conversão, associada ao avassalamento dos sobas e dembos e à dominação dos poderes locais. Tudo indica que acreditavam poder usar a religião para melhor controlá-la, mesmo sabendo que essa política não tinha sido bem sucedida no Congo, onde os chefes que se diziam católicos mantinham sua independência diante dos conquistadores portugueses. E para conseguir a sua conversão, ou reconversão, ao catolicismo, era muito bem vinda a ajuda dos capuchinhos que se lançavam com ardor de Roma às missões, propostos a resgatar os gentios de lugares distantes da selvagem, das trevas e das garras do demônio.

Segundo Leguzzano, tradutor de Cavazzi para o português e seu comentarista, foi pensando na missão designada de Roma e na maneira desta se apresentar à Jinga de forma a ser bem acolhida, que o Padre Serafim de Cortona aconselhou o Governador Chichorro a devolver D. Bárbara,

o que o governador fez, apesar da contrariedade dos jesuítas e da Câmara de Luanda. Desta maneira puderam os capuchinhos desenvolver com maior resultado a sua ação missionária em Matamba, conseguindo a conversão de Jinga (Cavazzi, I, p. 404).

Portanto, o comentarista apóia Cavazzi quando este diz que o mérito do princípio das negociações que levaram à paz entre Jinga e os portugueses é dos capuchinhos, em particular do Padre Serafim de Cortona.

Estabelecidas as condições da paz e a garantia da boa recepção da missão capuchinha, Gaeta partiu em direção a Matamba na expedição que devolveria D. Bárbara ao seu povo e à sua irmã, que fazia questão de tê-la junto a si. O Capitão José Carrasco, cidadão experiente nas guerras de conquista, seguiu como embaixador e guardião da refém, no comando de soldados e oficiais. Quando a expedição chegou em Ambaca o último presídio português antes das terras controladas pela Jinga, esta enviou 100 dos 200 escravos acordados para o resgate de D. Bárbara, mas ouviu como resposta que a irmã só seria libertada quando entregasse os outros 100.

Nesse momento, apesar de tomado de febres, Gaeta se dispôs a ir sozinho, carregado por “negros idólatras”, solicitar à Jinga a entrega das “peças” que

faltavam para completar o resgate. Esta, mesmo sabendo que ele ia sem D. Bárbara, avisada com antecedência de sua chegada, o recebeu a uma milha fora da cidade, acompanhada dos principais oficiais do seu exército, dos grandes da corte e com mil arqueiros, todos pomposamente vestidos e ali presentes para cortejá-la e acompanhá-la, em honra à chegada de Gaeta, conforme sua própria narrativa (cap. X). Este, vestido com o hábito e com um crucifixo pendurado no peito, foi recebido pelos grandes do reino que se ajoelharam diante dele, beijaram sua mão e conduziram-no até a Jinga, que o aguardava mais afastada. Quando o avistou, ela afastou-se de seus cortesãos e foi sozinha ao seu encontro, ajoelhando-se diante dele, que imediatamente lhe apresentou o crucifixo para que o beijasse, pois ela o podia fazer uma vez que havia sido batizada. Já de pé deu as boas vindas ao “sacerdote de Deus”, que foi lhe dar paz e repouso de suas fadigas, não mais podendo ela, por estar velha, andar como antes pelos campos de armas nas mãos. “Quero terminar a guerra e me aquietar”, teria dito ela a Gaeta, segundo ele mesmo, ou conforme o Padre Francisco Maria Gioia de Nápoles, que preparou para ser publicada esta relação acerca da conversão da rainha Jinga e do seu reino de Matamba.

Ainda como parte da recepção a Gaeta, foram dados tiros de arcabuzes, músicos tocaram trompas, tambores e outros instrumentos do lugar, e cantaram com estrépito para mostrar alegria, “segundo o costume dos negros”. Depois dos cumprimentos, foram todos juntos para a cidade e para o palácio real, onde havia várias colunas de madeira que sustentavam arcos, cobertos com panos coloridos, muito bem entrelaçados e distribuídos, fazendo uma bela vista. No meio dos arcos, debaixo de um baldaquim branco estava a cadeira na qual a rainha se sentou e próxima a ela uma outra para o capuchinho. Todos os outros permaneceram de pé, com a exceção de um capitão que também tinha uma cadeira, um pouco mais afastada. Gaeta expôs então a razão da sua visita: uma embaixada do Sumo Pontífice Romano e do Cardeal da Sagrada Congregação da Propagação da Fé em resposta à disposição demonstrada pela Jinga em voltar a ser cristã, mandando-o para pregar a santa fé católica a ela e seu povo.

Quando Gaeta terminou seu sermão, chamando-a ao seio da Igreja e aceitando com o perdão dos seus pecados, ela respondeu dizendo que há muito queria viver quieta e em paz em seu reino, o que os portugueses não lhe permitiam, pois depois de tê-la expulsado do reino do Ndongo, obrigaram-na a estar sempre de armas na mão para se defender deles, tendo ela então se voltado para os jagas. E para confirmar sua boa disposição, levou o capuchinho enviado

por Roma para ver o crucifixo que guardava em uma sala do seu palácio, ornado de fitas e iluminado por tochas, alojado num altar. Gaeta então postou-se de joelhos, no que foi seguido por todos. A narrativa deixa transparecer a idéia de que se os portugueses com seu assédio militar haviam-na afastado do catolicismo e aproximado dos jagas, o missionário capuchinho vinha trazê-la de novo ao seio do catolicismo, registrando em seu relato a ocorrência de algo que considerou um milagre –pois ao chegar para converter aquele povo, lá encontrava um crucifixo exposto em um altar.

O crucifixo havia sido trazido para ela um ano antes, pelo seu capitão geral, Jinga Amona, depois de ele o ter recolhido por ocasião da derrota de um grupo de dembos, liderados por Pombo Samba, subordinados ao *mani* Ambuíla. Foi recebido com respeito e cercado de rituais, estando desde então num altar no qual recebia reverências, assim como o baú que continha os ossos dos antigos chefes. O caso foi contado a Gaeta pelo próprio Jinga Amona, sendo interpretado pelo autor da relação, que se detém em detalhes desse episódio, como um milagre estupendo, o que certamente foi alimentado pela forma como o chefe guerreiro lhe contou o caso. Este disse que depois de o crucifixo ter sido abandonado por ordem sua, passou a noite entre sonhos ameaçadores, no qual o próprio crucificado lhe dizia que não podia partir sem levá-lo. No dia seguinte ele mandou o mato ser vasculhado em busca da imagem do Deus dos brancos, que foi ofertada a Jinga. Segundo Gaeta, Jinga teria percebido neste episódio que o próprio Deus havia ido ao seu encontro, o que podia ser um bom sinal para sua busca por paz. Atribuindo a ele características inaugurais, compara-o aos fatos ocorridos por ocasião do batismo do *mani* Congo em 1491, quando o aparecimento de uma pedra negra em forma de cruz foi tomado como sinal miraculoso. Fica nítida a intenção da relação escrita por Gaeta em estabelecer um momento inaugural da conversão do reino de Matamba ao catolicismo, a partir da aproximação de sua rainha com a religião dos brancos graças à ação da *Propaganda Fide*, que respondia a uma boa disposição da Jinga, e à habilidade do responsável por tal missão: ele mesmo, para quem a conversão e a paz também estavam intimamente interligadas⁸.

Enquanto para Gaeta a conversão de Jinga é acima de tudo prova da onipotência de Deus, para esta a aceitação da religião dos brancos levaria ao estabelecimento da paz em seus domínios, cansada que estava de lutar contra os

⁸ Em sua obra Cavazzi também conta esse episódio com detalhes (II, pp. 90-92).

portugueses. Para estes, por sua vez, a conversão de Jinga ao catolicismo parecia ser mais um passo em direção ao controle sobre o comércio com o interior e sobre os povos habitantes da região.

Depois de acalmados os ânimos, a embaixada de Gaeta a Jinga conseguiu que esta mandasse os escravos que faltavam para o presídio de Ambaca, e finalmente D. Bárbara foi recebida em grande estilo por sua irmã, pela corte de Matamba, pelo povo do *kilombo*, e demais gente que a ele acorreu para participar das cerimônias e da festa de recepção da provável futura chefe maior daquele estado. À cerimônia na qual foi assinada a capitulação da paz entre Jinga e o governador de Luanda, representante do rei de Portugal e ali representado pelo seu embaixador José Carrasco, estavam presentes os principais personagens da corte local e da expedição dos brancos. Além de Jinga, D. Bárbara, José Carrasco e Gaeta (que considerava a si próprio padrinho das duas partes e habilitado a aplainar as diferenças que surgissem), estavam também presentes o *tendala* geral de Angola, principal chefe dos exércitos locais aliados aos portugueses que havia acompanhado Carrasco na expedição, e os chefes da corte da Jinga: os maiores e também os não tão grandes.

Conforme os capítulos apresentados pelo embaixador português, seria reconhecida a soberania da Jinga sobre algumas terras do Ndongo e sobre os sobas que as chefiavam, devendo ser com eles mantida a paz. Deveria ser permitido que eles abrissem o comércio para as mercadorias dos brancos, assim como em toda Matamba. Jinga deveria retornar à fé católica, construir uma igreja em sua cidade, e seus súditos deveriam se tornar cristãos. Ela não deveria mais molestar os sobas aliados dos portugueses e vizinhos do reino que ela conquistara. Deveria ser amiga dos amigos e inimiga dos inimigos de Portugal e pagar a este um tributo anual. Este capítulo alterou muito o humor dos seus conselheiros e mais ainda o seu, e contra essa exigência ela fez um discurso inflamado. Disse que os portugueses faziam bem em lhe devolver parte do reino do Ndongo que lhe haviam tomado à força das armas (e nisso parece ser apoiada por Gaeta); mencionou os capuchinhos enviados por Roma como prova de sua intenção em retomar a fé católica; concordou com tudo, menos pagar um tributo ao rei de Portugal. Contra isso argumentou que era soberana em seu reino e não devia obedecer a outro soberano. Como queria abraçar a fé em Cristo para viver quieta e em paz, poderia dar um donativo anual aos portugueses como cortesia, mas não como tributo obrigatório. Nessa altura, Gaeta interveio como mediador das duas partes, ressaltando a importância da paz para

a disseminação do cristianismo, e pediu que todos depusessem as armas e vivessem em paz, em benefício da fé e do comércio. Para estabelecer o acordo entre as partes, segundo ele próprio, definiu o rio Lucala como a divisa entre os reinos do Ndongo e Matamba. Com isso conseguiu que todos aceitassem a paz e assinassem a capitulação, ou seja o tratado de paz com todos os seus capítulos, ou condições. Esse documento, assinado pelas principais pessoas presentes, foi enviado a Luanda para ser assinado também pelo Governador Chichorro, sendo a paz comemorada com muitas festas tanto em Luanda como em Matamba.

Na capital dos domínios de Jinga, onde tudo isso aconteceu, logo a seguir da chegada do missionário enviado de Roma foi iniciada a construção de uma igreja, com grande empenho de Jinga que para isso destinou muitas pessoas. A igreja foi inaugurada com uma procissão na qual o crucifixo, cujo surgimento Gaeta entendeu ser uma visita pessoal de Deus à Jinga e portanto um evento milagroso, foi solenemente transportado do altar que o abrigara desde que foi entregue a Jinga para um dos altares laterais da nova igreja, cujo altar central abrigou Nossa Senhora, a quem a igreja foi consagrada. A essa procissão compareceu toda gente ali presente, a rainha, D. Bárbara, os grandes do reino, assim como os mercadores cristãos, brancos e negros, que ali estavam para negociar escravos e que carregaram velas acessas e cantaram hinos e salmos. Era enorme a quantidade de gente presente, todos festejando e dando sinais de alegria, cantando e tocando vários instrumentos, ora suavemente, ora com estrépito, que se misturava ao som dos tiros dados pelos arcabuzeiros da guarda real (Gaeta, cap. XI).

Apesar da presença de ritos católicos e acordos diplomáticos, o acerto feito em 1656 no *kilombo* da Jinga foi muito diferente de um tratado de vassalagem, sendo acima de tudo um acordo de paz, pois ela mantinha sua independência com relação aos portugueses, a despeito da apregoada conversão ao catolicismo. Mas os principais interesses de todas as partes envolvidas foram, pelo menos naquele momento, satisfeitos. As rotas de comércio foram abertas aos portugueses e Jinga permitiu que pombeiros transitassem pelas terras sob sua soberania –pois ela mantinha o controle político sobre seus territórios, buscando garantir o mesmo para os seus sucessores. Gaeta, e depois Cavazzi, puderam pregar em sua corte e batizar seu povo aos milhares, e ela passou a viver em paz, preparando sua sucessão de forma a garantir a manutenção da estabilidade e a sobrevivência do estado que havia construído a partir de grupos heterogêneos, tradições compósitas e inserido na situação nova que a presença dos brancos,

seus exércitos e mercadorias haviam levado à região. Jinga sabia que estava no fim, então planejava sua sucessão e organizava o governo de forma a garantir a sobrevivência do estado que criou nos novos tempos, inaugurados pela presença dos portugueses. Paz, catolicismo e idade avançada são temas para ela interligados, como se percebe pelos documentos de diversas naturezas sobre as negociações então realizadas.

Para Jinga, ou D. Ana de Sousa, sua irmã Mocambo, ou D. Bárbara, era a sucessora ideal. Tinha experiência com os portugueses, entre os quais havia vivido por muito tempo, e seria fiel à sua própria orientação política, de pôr fim ao período de guerras e viver em paz. D. Bárbara era peça chave na política de Jinga naquele momento. Ao olharmos com atenção para o acordo de paz, atrelado de um lado à entrega de D. Bárbara e de outro à conversão de Jinga e seu povo, percebemos como cada um desses elementos está articulado ao outro. Há uma interligação percebida por todos, e absorvida de maneiras particulares, entre o interesse da Jinga em ter sua irmã de volta para poder sucedê-la na chefia de Matamba, os interesses de Gaeta enquanto agente da missão enviada de Roma para converter a rainha Jinga, e os interesses dos portugueses, comerciantes e agentes do rei, todos representados pelo governador e seus embaixadores, em abrir o território controlado por ela ao livre trânsito das mercadorias. Para todos, era indispensável a paz: sem ela não haveria continuidade para Matamba, a missão de cristianização fracassaria e os territórios continuariam intransitáveis para as caravanas carregadas de riquezas comerciais. Nesse contexto, parece que da perspectiva de Jinga, D. Bárbara era a garantia de uma aproximação bem sucedida dos portugueses, na medida em que conhecia seus comportamentos e maneiras de pensar, e poderia com seu conhecimento acerca dos brancos estrangeiros garantir a própria autonomia, e conseqüentemente do seu povo, não se deixando submeter por falta de saber como agir diante dos códigos alheios.

Nas relações deixadas pelos capuchinhos e nos textos oficiais, tanto os produzidos pela administração portuguesa como nas cartas de Jinga (que devem ter sido escritas por D. Calisto Zelotes, seu principal secretário), a disseminação do catolicismo e a conversão de Jinga e seu povo são as principais conquistas então alardeadas. A amizade com Portugal era abordada principalmente pelo viés da adoção do catolicismo e o abandono dos ritos dos jagas, e o governador, para aceitar a paz em nome do rei de Portugal, evocou como sendo o maior interesse deste a propagação da religião cristã, pois “todas as suas conquistas eram encaminhadas a esse fim mais que a outra nenhuma coisa” (Cadornega, II, p. 130).

Portanto, toda a negociação em torno do resgate de D. Bárbara, que vivia em Luanda como cristã e com a deferência devida a um membro de família real, é exemplar das estreitas relações entre religião e poder, sendo o cristianismo um meio de legitimação dos novos arranjos de poder na situação de contato entre centro-africanos e portugueses.

Para cumprir os capítulos do tratado de paz, Jinga anunciou ao seu povo (o que é minuciosamente descrito por Gaeta que se diz responsável por essa decisão da rainha), várias mudanças drásticas relativas ao abandono de tradições mágico-religiosas como o tratamento dado aos recém-nascidos, à realização dos rituais fúnebres, à consulta a *xinguilas* em ocasiões diversas, à oferta de sacrifícios aos ancestrais e outras entidades espirituais, à utilização de objetos identificados a ídolos em situações nas quais o mundo dos homens se conectava ao mundo dos ancestrais e outras forças invisíveis, como identificação de culpados, restauração da saúde e orientação na tomada de decisões de vários gêneros – tudo isso visto por Gaeta e demais missionários como tratativas com o demônio.

A partir de então, Gaeta deu início à sua missão, catequizando os macotas, preparando-os para o batismo, que aconteceu com a pompa devida às ocasiões especiais ligadas aos grandes chefes, com séquito de soldados e músicos a acompanhar os seus deslocamentos, seguindo-se à cerimônia de batismo um banquete no palácio da rainha. A estratégia contava com a conversão de todo o povo depois que seus chefes adotassem o catolicismo, pois os grandes eram seguidos em tudo. Como o esperado, diz Gaeta que o povo acorreu à igreja para ser batizado depois de ver que os principais senhores do governo e muitos oficiais do exército e cortesãos da rainha haviam sido batizados. Mas ele também sabia das inconstâncias da conversão entre esses seres que considerava rudes, que queriam ser batizados e receber um nome cristão, mas não seguir a lei de Cristo. Nas suas contas ele batizou mais de oito mil pessoas, entre as quais mais de mil crianças nascidas depois da sua chegada.

Aqui é interessante ressaltar que um capítulo importante, ao qual os documentos da época se referem com frequência, é o referente à extirpação do rito jaga, característico do *kilombo*, de abandonar as crianças recém-nascidas. Fosse um ato simbólico ou fossem os bebês de fato entregues às feras do mato que circundava o acampamento, essa era uma tradição coerente com o modo de vida nômade e guerreiro dos imbangalas⁹. Mas, à medida que se buscava uma maior fixação no território, ela precisava ser alterada. A Jinga queria mesmo se assentar num território, voltar a ser ambundo, depois do tempo vivido como imbangala.

E voltar a ser ambundo implicava manter relações pacíficas com os portugueses e com a religião à qual eles queriam a todos converter, além de garantir a reprodução do grupo pela via natural. Se isso, por um lado, implicava em alterar algumas tradições, por outro podia ser visto como um resgate da maneira ambundo de viver. De qualquer forma, Jinga estava disposta a mudar –com o que aliás, sua trajetória de vida mostrava que não tinha dificuldade.

Gaeta ficou em Matamba a pregar até 1660, quando voltou para Luanda com a saúde cada vez mais debilitada, roído pelas febres constantes. Nesses três anos construiu uma igreja, batizou e casou muita gente, enterrou à moda cristã outros tantos, comandou cerimônias na igreja, rezas, missas, procissões. Junto com ele levou para Luanda um cofre de prata (chamado de *mosete* segundo Cadornega) dentro do qual Jinga guardava ossos dos antepassados “com muitas outras imundícias”. Diz Cadornega que a rainha o tinha

em grande veneração, fazendo-lhe muitos sacrifícios de gente que mandava matar em seu obséquio, derramando-lhe muito vinho, e fazendo-lhe outras oferendas de animais de toda a casta, degolando-os e vertendo-lhes o sangue ao pé onde o tinha colocado, e todas as vezes que saía fora o levava consigo, levava nele amor, fortaleza e bom sucesso de suas empresas, e se lhe sucedia mal em algumas ocasiões de guerra o atribuía a estarem seus defuntos e antepassados dela enfadados por lhe não haver feito as oferendas mais copiosas e a miúdo, e assim lhe revelava o pai das maldades para desta sorte ser mais venerado e ter muitos sacrifícios não de animais imundos senão de gente racional que ainda que gentia e idólatra assim a queria para fartar a sede que tem contra o gênero humano: o qual *mosete* o padre capuchinho trazia consigo, que o Autor desta história viu, e outras muitas pessoas, e lho entregou para dele se fazer uma lâmpada para a igreja que intentava fazer como com efeito fez (Cadornega, II, pp. 167-168).

A lâmpada foi levada para Matamba em 1661, sendo usada na nova igreja de Nossa Senhora de Matamba, mais grandiosa e sólida que a primeira que havia sido feita, contando na sua construção com a ajuda de escravos artífices –pedreiros, carpinteiros, serradores e torneiros– mandados de Luanda especialmente para isso. Sendo o *mosete* um dos principais símbolos do poder de Jinga,

⁹ A esse respeito ver J.C. Miller, *Poder e parentesco. Os antigos estados mbundu em Angola*, Luanda 1995, cap. VI.

ao lado de algumas insígnias como um arco e flecha, e um importante veículo de comunicação com os chefes que a antecederam e deveriam lhe guiar o caminho, percebe-se como era radical a opção pelo catolicismo que estava em curso. Associado às tradições que mais horrorizavam os missionários, envolvendo o sacrifício de animais e mesmo de seres humanos, Gaeta empenhou-se em convencer Jinga a dele se desfazer, assim como abandonar os ritos a ele associados, entregando-lhe o cofre de prata para ser transformado num candelabro. E esta, depois de muita resistência, sua mesma e dos seus conselheiros civis e *xinguilas*, optou pelo risco de abrir mão de formas básicas de legitimação do seu poder junto aos grupos por ela governados, tendo no entanto o apoio de alguns dos *xinguilas*, pois sem isso seria impossível um movimento tão importante em direção à adoção dos ritos católicos que eram propostos para substituir as tradições então em prática. Entre os ritos de poder que passaram a ser seguidos, estavam as freqüentes idas à igreja de Jinga, D. Bárbara, seus capitães, macotas e demais gente da sua casa, para rezar o terço, assistir à missa, ouvir o sermão, estando Jinga sempre vestida com tecidos finos e ricas jóias, que recebia em troca das “peças” que mandava de presente aos portugueses. Segundo Cadornega, “o corpo era pouco avultado e de poucas carnes, mas a altivez de ânimo era notável e ornada parecia mulher moça” (II, p. 186).

Gaeta morreu em 1662, aos 47 anos de idade, em Luanda, um ano antes da velha Jinga, que teria mais de 80 anos de idade e ainda teve Cavazzi ao seu lado de 1662 a 1663, quando também morreu. Foi enterrada na igreja de Santa Maria de Matamba, em meio a grande tensão entre Cavazzi e os *xinguilas*, que exigiam a realização do *tambo*, cerimônia fúnebre tradicional com vários dias de duração e ritos elaborados que incluíam sacrifícios de animais e provavelmente também de pessoas, dada a posição política ocupada por Jinga. Mas o padre teve de ceder e permitir a realização de alguns ritos, como o da rainha ser enterrada com parte de sua riqueza, como sedas e tecidos importados, e a realização de danças que representavam batalhas, da qual participaram todos que afluíram à capital para as cerimônias ¹⁰.

¹⁰ As encenações de batalhas aconteciam em diversas ocasiões festivas, como tambos, celebrações católicas, embaixadas importantes. Cavazzi presenciou uma dessas celebrações festivas, por ocasião da chegada de uma carta do papa Alexandre VII, em 1662, em resposta à carta enviada por Jinga em 1657 (II, p. 133):

Numa mostra explícita de que parte dos seguidores de Jinga não aprovavam sua aproximação do catolicismo, após a morte desta D. Antonio Carrasco Jinga Amona, marido de D. Bárbara, portanto o principal chefe de Matamba, mandou cortar a cabeça de D. Calisto Zelotes, que além de secretário da rainha havia sido designado por Cavazzi mestre daquela missão. Tudo indica que este, por sua vez, sofreu em 1664 uma tentativa de envenenamento pelo mesmo marido de D. Bárbara (que sucedeu a Jinga e recebeu as insígnias reais), quase morrendo também. Depois disso, com autorização da rainha o chefe da missão voltou para Luanda, e depois para a Itália, com a saúde debilitada. Mas ainda viveu o suficiente para deixar os manuscritos que resultaram na publicação póstuma do seu relato, no qual trabalhou até 1672 e que foi publicado em 1687. D. Bárbara, que se separou de Jinga Amona depois das várias agressões que ele fez contra a facção cristianizada de Matamba, tentado matar Cavazzi e tendo sido bem sucedido na eliminação de D. Caslito Zelotes e vários macotas, governou apenas até 1666, quando foi sua vez de deixar o mundo dos vivos. A instabilidade política do período imediatamente posterior à morte de Jinga impediu que Matamba se tornasse um reino cristão, como entenderam os missionários que fosse seu desejo. A igreja cuja construção foi iniciada por Gaeta em 1659 e terminada por Cavazzi em 1663 –que empreendeu perseguição intensa aos ritos locais, aos *xinguilas*, aos altares dos chamados ídolos contra os quais ele mesmo contou ter investido dia e noite– acabou incendiada por Jinga Amona. O sonho catequético da irradiação do catolicismo a partir de Santa Maria de Matamba, nome pelo qual os cristãos passaram a chamar o *kilombo*, ou *mbanza*, da Jinga, esvaiu-se no ar. Mas não a presença dos traficantes de escravos, mercadoria cada vez mais presente nas feiras e caravanas, aumentando também a quantidade dos que eram usados nas sociedades locais. Como em toda região há muito habitada por povos abundos, pouco a pouco os portugueses e os grupos mestiços a eles ligados foram tecendo relações comerciais, enraizando rotas e feiras, imiscuindo-se nos governos locais, com a mão estendida para oferecer, ou impor,

Por fim, à tardinha, na praça real, enquanto estrepitavam os instrumentos guerreiros, as donzelas da rainha, à maneira das Amazonas, fingiam uma batalha. Também a rainha, apesar de oprimida pelos seus anos, competiu com elas no manejo das flechas, arco e azagaia. Eu, que aceitara o convite de presenciar aquele espetáculo, admirei-me de que uma mulher dos seus 80 anos fosse tão ágil, veloz e briosa como uma jovem de 25 anos.

mercadorias estrangeiras, apoio político-militar e o catolicismo. O episódio do resgate de Mocambo e da aceitação temporária da missão católica no estado governado por Jinga é um entre muitíssimos outros no âmbito das relações entre portugueses e povos centro-africanos. Aqui propusemos um exercício de aproximação da história da região buscando perceber os processos locais em curso, mesmo que as fontes disponíveis sejam resultados da ação dos brancos na região e do registro que eles fizeram dela.